

REUNIÃO DA CÂMARA DE SOJA TRATA SOBRE IMPACTOS DE TRIBUTAÇÃO NA CADEIA DA SOJA



A ACEBRA, representada por seu diretor de Relações Institucionais, Roberto Queiroga e pelo representante da Associação do Mato Grosso – ACEMAT, Clóvis Albuquerque, compareceu no dia 24 de fevereiro à 33ª reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja. O fórum, realizado em Brasília, debateu temas como impactos da tributação sobre a cadeia de soja, necessidade de ajustes nas regras e orçamento do seguro rural e ações do executivo no enfrentamento da ferrugem.

Iniciando a pauta, o diretor do Departamento de Crédito, Recursos e Riscos da Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA), Victor Ozaki, apresentou um resumo das ações realizadas em 2015 e quais são as novas regras que irão vigorar em 2016 no seguro rural. “Para quem não conhece o Plano Trienal define a estimativa orçamentária e as regras vigentes do seguro rural para três anos. Tendo como objetivo reduzir o custo de aquisição do seguro (PRÊMIO) pelo produtor, expandir a área agrícola coberta por seguro no país e aumentar o número de beneficiários do seguro rural”, explicou. O Plano Trienal 2016-2018 foi elaborado, de acordo com Ozaki, com as seguintes modificações: revisão da porcentagem da subvenção, a retirada das exceções (municípios prioritários, PRONAMP e orgânicos) e a redução do limite individual por tipo de seguro. “Os municípios prioritários, por exemplo, tinham um percentual de subvenção maior do que outros que não eram tratados como prioritários. O que foi concebido como exceção acabou por virar regra. Então isso foi extinto.”

A seguir, o presidente da Câmara, Glauber Silveira, tratou sobre o enquadramento do capim fedegoso nas normas de classificação do MAPA. “Na época que plantávamos semente convencional estávamos mais atentos ao fedegoso, mas quando passamos a plantar soja transgênica deixamos um pouco de lado. Agora que a convencional voltou o problema começou. Precisamos de uma posição do Ministério da Agricultura sobre isso”, disse. A representante do MAPA, Karina Fontes, explicou

que atualmente não existe uma lista oficial de sementes tóxicas. “Não podemos dizer claramente se o fedegoso é ou não semente tóxica, porque não existe essa classificação. O que é unanimidade é a semente de mamona. Qualquer quantidade dessa semente já desclassifica o produto.” Segundo Carina, apesar das tentativas de subsídios com instituições de pesquisas, não houve nenhum parecer que deu certeza para classificar o fedegoso como semente tóxica. “Hoje em dia o fedegoso é considerado matéria estranha com limite de 1%, mas também não temos como obrigar quem está comprando a aceitar”, afirmou.

Finalizando a reunião, o diretor executivo da Aprosoja Goiás, Cristiano Palavro, fez um relato sobre os impactos da tributação sobre a cadeia de soja. O estado de Goiás publicou um decreto que altera seu Código Tributário no que diz respeito ao recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de processamento e comercialização de soja e milho no Estado. Segundo o decreto nº 8.548, de 29 de janeiro de 2016, “foi criada a Autorização para Apuração Englobada do ICMS, que será concedida para a realização de operações de tal forma que a proporção entre a quantidade de soja ou milho objeto de operação tributada e a quantidade desses produtos de operação isenta atinja percentual a ser definido pela Secretária da Fazenda (Sefaz) em cada exercício”.

De acordo com Cristiano Palavro, desde que o decreto foi publicado, a rentabilidade na produção de soja está em declínio. “Os preços negociados em Goiás já caíram 4%, o equivalente a R\$3,00 por saca. O decreto dificulta ainda mais a competitividade do setor”, assegurou. O diretor da ACEBRA, Roberto Queiroga, reafirmou que essa situação é realmente preocupante. “Para mim esse não é um debate jurídico e sim político. É necessária uma mobilização setorial porque o agronegócio é um dos poucos setores que ainda continua fazendo bem para o país. Então a minha sugestão é fazer uma mobilização de base porque não vejo outra forma de chamar a atenção do governo neste momento”, garantiu.

A ideia sugerida durante a reunião é organizar uma agenda coletiva para que todo o setor trabalhe contra a taxaço e a criação de ações para barrar o que está sendo considerada como uma infração à Lei Kandir. Para Roberto Queiroga, o caso de Goiás pode se tornar emblemático. “Se acontecer uma reação forte pode ser um bom recado para os outros estados. O Brasil todo precisa apoiar Goiás neste momento”, finalizou.

Durante a reunião foi debatido também as ações do executivo no enfrentamento da ferrugem. A próxima reunião da Câmara de Soja está prevista para acontecer no dia 27 de abril.